



**CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH**  
**Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL**

**Nota Técnica nº 01/2008/CTIL/CNRH/MMA**

Em 01 de setembro de 2008.

Ao Senhor,

**MÁRLEY CAETANO DE MENDONÇA**

Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL

Assunto: Aplicação das Diretrizes do PNRH aos Empreendimentos Hidrelétricos

**I. APRESENTAÇÃO**

1. Na 90ª Reunião da CTIL, realizada em 1º de março de 2007, foi criado o GT “Aplicação das Diretrizes do PNRH aos Empreendimentos Hidrelétricos”, com o objetivo de discutir a aplicação das diretrizes do Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH aos empreendimentos hidrelétricos, tendo em vista os arts. 52 e 12, §2º, da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.
2. As atividades e resultados dos trabalhos do GT são apresentados no seu relatório. Na 102ª reunião da CTIL, realizada nos dias 01 e 02 de julho de 2008, o relatório foi aprovado com pequenas sugestões de alteração no seu texto.
3. Com base neste relatório do GT e nas discussões que ocorreram na hora de sua apresentação na CTIL, foi construída esta Nota Técnica, composta de em cinco partes: Apresentação, Introdução, Base Legal e Institucional Relevante ao Tema, Conclusões e Encaminhamentos.

**II. INTRODUÇÃO**

4. O GT “Aplicação das Diretrizes do PNRH aos Empreendimentos Hidrelétricos” foi criado na 90ª Reunião da CTIL, realizada em 1º de março de 2007, com o objetivo de discutir a aplicação das diretrizes do PNRH aos empreendimentos hidrelétricos, tendo em vista os arts. 52 e 12, §2º, da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.
5. A questão da interpretação dos citados artigos foi apresentada pela Conselheira Ninon Machado de Faria Leme Franco, do Instituto Ipanema, segmento das ONGs, no âmbito da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH, em decorrência da aprovação do PNRH.
6. A CTPNRH decidiu por encaminhar o pedido à CTIL, por entender que o tema estaria mais afeto as suas competências de acompanhar, analisar e emitir parecer sobre a Legislação Nacional de Recursos Hídricos, ainda colocando a possibilidade da realização de reunião conjunta, após análise do tema pela CTIL, para apresentação de sugestões e encaminhamentos.

7. O GT “Aplicação das Diretrizes do PNRH aos Empreendimentos Hidrelétricos” realizou quatro reuniões:

- a 1ª reunião em 10 de abril de 2007;
- a 2ª reunião em 14 de maio de 2007;
- a 3ª reunião em 10 de setembro de 2007; e
- a 4ª reunião em 19 de fevereiro de 2008.

8. O foco do GT foi procurar responder cinco questões pre-selecionadas pelo GT, que tratam das questões legais relacionadas ao seu objetivo, sendo destacado que as questões específicas relacionadas com a integração de projetos setoriais e a articulação intersetorial, para a outorga e a utilização de uso de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, deviam ser objeto de análise quando fosse realizado um maior detalhamento do subprograma “V.2. *Compatibilização e integração de projetos setoriais e incorporação de diretrizes de Interesse para a GIRH*”, do “V. *Programa de Articulação Intersetorial, Interinstitucional e Intra-institucional da Gestão de Recursos Hídricos*”.

9. As cinco questões analisadas pelo GT foram as seguintes:

- Como fica a validade do §2º do artigo 12 da Lei nº 9433, de 1997, tendo em vista o veto ao inciso VIII do artigo 35?
- Há necessidade de regulamentação do PNRH tendo em vista o veto ao inciso VIII do art. 35? Se sim, como?
- Qual o real significado de "a outorga e a utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica estará subordinada ao Plano Nacional de Recursos Hídricos"?
- O PNRH deve apresentar a lista dos aproveitamentos em operação e dos futuros dentro do horizonte do PNRH, tendo em vista uma das justificativas do veto ao inciso VIII de que a "inclusão ou exclusão de qualquer aproveitamento poderá obrigar à reprogramação do todo"?
- O art. 52 é uma disposição transitória? Se sim, no âmbito do PNRH a preocupação não deveria ser com a regulamentação do PNRH em vez de avaliar as formas de implementação do art. 52?

10. No anexo I são relacionados os nomes dos participantes de uma ou mais reuniões do GT.

### **III. BASE LEGAL E INSTITUCIONAL RELEVANTE AO TEMA**

11. De acordo com o art. 20 da Constituição Federal de 1988 (CF de 1988), estão entre os bens da União:

*“(...) III - os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais, as praias fluviais; (...)*

*VIII - os potenciais de energia hidráulica; (...)*”.

12. Incluem-se entre os bens dos Estados, segundo o art. 26:

*“I - as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União; (...)”*

13. A CF de 1988, em seu art. 21, inciso XII, estabelece que compete à União:

*“XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão: (...)*

*b) os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos d’água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos; (...)”*

14. Ainda segundo o art. 176 da CF de 1988:

*“Art. 176 - (...) os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, (...)*

*§1º (...) o aproveitamento desses potenciais a que se refere o caput deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, (...)”*

15. Pelo inciso XIX, do art. 21, da CF de 1988, compete à União instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso.

16. A Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

17. A Política Nacional de Recursos Hídricos tem entre seus fundamentos que a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas, ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades (art. 1º, incisos IV e VI, da Lei nº 9.433, de 1997).

18. Entre as diretrizes gerais de ação para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos consta (art. 3º, inciso IV):

*“a articulação do planejamento de recursos hídricos com o dos setores usuários e com os planejamentos regional, estadual e nacional”.*

19. São instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos (art. 5º):

*“I - os Planos de Recursos Hídricos;*

*II - o enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água;*

*III - a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos;*

*IV - a cobrança pelo uso de recursos hídricos;*

*V - a compensação a municípios;*

*VI - o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.”*

20. A Lei nº 9.433, de 1997, lista, dentre outros usos, como sujeitos à outorga de direitos de uso de

recursos hídricos, o aproveitamento dos potenciais hidrelétricos (art. 12, inciso IV); e estabelece que:

- toda outorga efetivar-se-á por ato da autoridade competente do Poder Executivo Federal, dos Estados ou do Distrito Federal, podendo o Poder Executivo Federal delegar aos Estados e ao Distrito Federal competência para conceder outorga de direito de uso de recurso hídrico de domínio da União (art. 14, caput e §1º);
- que a outorga estará condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos e que esta deverá respeitar a classe em que o corpo de água estiver enquadrado e a manutenção de condições adequadas ao transporte aquaviário, quando for o caso, complementando que a outorga deverá preservar o uso múltiplo da água (art. 13, *caput* e parágrafo único).

21. Os Planos de Recursos Hídricos são planos diretores que visam a fundamentar e orientar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e o gerenciamento dos recursos hídricos (art. 6º) e serão elaborados por bacia hidrográfica, por Estado e para o País (art. 8º).

22. A Lei nº 9.433, de 1997, define, em seu art. 12, §2º, também que:

*“A outorga e a utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica estará subordinada ao Plano Nacional de Recursos Hídricos, aprovado na forma do disposto no inciso VIII do art. 35 desta Lei, obedecida a disciplina da legislação setorial específica”.*

23. O art. 35 desta Lei define as competências do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, tendo sido dada a seguinte redação para o seu inciso VIII:

*“aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos e encaminhá-lo ao Presidente da República, para envio, na forma de projeto de lei, ao Congresso Nacional;”*

24. Este inciso VIII foi vetado, conforme consta na Mensagem nº 870, de 06 de agosto de 1997, da Subchefia para Assuntos Jurídicos, da Casa Civil, da Presidência da República, tendo como razão do veto:

*“A aprovação dos Planos Nacionais de Recursos Hídricos por lei implicará a descontinuidade do processo decisório da gestão desses recursos. Isso comprometeria o setor elétrico, pois, **a inclusão ou exclusão de qualquer aproveitamento poderá obrigar à reprogramação do todo.***

*Ademais, a manutenção do inciso VIII, do art. 35, desfiguraria o espírito do próprio Projeto, pois este prevê, no inciso III do art. 38, a aprovação dos Planos de Bacia, pelos respectivos Comitês. **A aprovação do Plano Nacional pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que é abrangida pelo veto, poderá, sem qualquer prejuízo, constar do regulamento da Lei.***

*Por sua vez, o Plano Nacional de Recursos Hídricos deverá ser elaborado em consonância com o PPA-Plano Plurianual, submetido pelo Executivo ao Congresso Nacional.”*

25. A aprovação do Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH por parte do CNRH foi introduzida na nova redação do inciso IX deste artigo 35, dada pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000:

*“acompanhar a execução e aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos e determinar as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;”.*

26. Cabe citar nesta Nota Técnica, que dentre as competências do CNRH, consta também *“promover a articulação do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos nacional, regional, estaduais e dos setores usuários”* (art. 35, inciso I).

27. Ainda com relação ao assunto, dentro do *“Titulo IV - Das Disposições gerais e transitórias”*, o art. 52, da Lei nº 9.433, de 1997, estabelece que:

*“Enquanto não estiver aprovado e regulamentado o Plano Nacional de Recursos Hídricos, a utilização dos potenciais hidráulicos para fins de geração de energia elétrica continuará subordinada à disciplina da legislação setorial específica”.*

28. Em 30 de janeiro de 2006, o CNRH, na sua XVII Reunião Extraordinária, aprovou o PNRH, conforme disposto na resolução nº 58, de 30 de janeiro de 2006, publicada no Diário Oficial da União em 08 de março de 2006, estando consolidado em quatro volumes assim designados:

- I - Panorama e Estado dos Recursos Hídricos do Brasil;
- II - Águas para o Futuro: Cenários para 2020;
- III - Diretrizes;
- IV - Programas Nacionais e Metas.

29. O parágrafo único deste artigo define que o detalhamento operativo dos programas e metas contidos no volume IV deverá ser coordenado pela Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente e submetido à aprovação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos até 31 de dezembro de 2007. Ainda segundo esta Resolução, a cada quatro anos deverá ser procedida a revisão do PNRH, que deverá contemplar os volumes II, III e IV acima citados (art. 3º, *caput* e §1º).

30. Por meio da Resolução nº 80, de 10 de dezembro de 2007, o CNRH aprovou o detalhamento operativo dos Programas I, II, III, IV, V, VI e VII do Plano Nacional de Recursos Hídricos, contidos no Volume IV - Programas Nacionais e Metas. O detalhamento operativo dos Programas VIII a XIII deverá ser submetido à aprovação do CNRH até 31 de dezembro de 2008.

31. Uma das macrodiretrizes do PNRH que foi inserida no escopo do subprograma *“V.2. Compatibilização e Integração de Projetos Setoriais e Incorporação de Diretrizes de Interesse para a GIRH”*, do *“V. Programa de Articulação Intersetorial, Interinstitucional e Intra-institucional da Gestão de Recursos Hídricos”* é avaliar as formas de implementar o artigo 52 da Lei nº 9.433, de 1997 (pág. 20 e 61 do Volume 4 - Programas Nacionais e Metas).

32. Dos comandos legais acima transcritos, depreende-se que o art. 12 da Lei nº 9.433, de 1997, condicionou os usos da água a uma outorga conferida pela autoridade competente. O aproveitamento de potenciais hidrelétricos também passou a depender dessa outorga de direito de uso de recursos hídricos como se constata do teor do art. 12, IV, da Lei.

33. Ocorre que os potenciais de energia hidráulica constituem bens de domínio da União e o aproveitamento deste tipo de potencial somente pode ser feito mediante autorização ou concessão da União, conforme teor do art. 20, inciso VIII; art. 21, inciso XII; e art. 176, *caput* e §1º, da CF de 1988.

34. A emissão de outorgas de direito de uso de recursos hídricos para aproveitamentos hidrelétricos inicialmente foi atribuída a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL pelo fato desta agência reguladora haver absorvido parte das atribuições do antigo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, quando da sua extinção, de acordo com o art. 31, da Lei 9.427, de 26 de dezembro de 1996:

*“Art. 31. Serão transferidos para a ANEEL o acervo técnico e patrimonial, as obrigações, os direitos e receitas do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE. (...)”*

*§ 2º Ficarão com o Ministério de Minas e Energia, **sob a administração temporária da ANEEL**, como órgão integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, **a rede hidrométrica, o acervo técnico e as atividades de hidrologia relativos aos aproveitamentos de energia hidráulica.***

*§ 3º Os órgãos responsáveis pelo gerenciamento dos recursos hídricos e a ANEEL devem se articular para a outorga de concessão de uso de águas em bacias hidrográficas, de que possa resultar a redução da potência firme de potenciais hidráulicos, especialmente os que se encontrem em operação, com obras iniciadas ou por iniciar, mas já concedidas.”*

35. O Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, que constitui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em seu art. 4º, define que compete à ANEEL:

*“(...) XXVIII - expedir as outorgas dos direitos de uso dos recursos hídricos para fins de aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, em harmonia com a Política Nacional de Recursos Hídricos; (...)”*

36. Com a aprovação da Lei nº 9.984, de 2000, que cria a Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, essa situação foi alterada, **cabendo a ANA outorgar no caso de rios de domínio da União e, nos outros casos, as respectivas entidades gestoras de recursos hídricos**, conforme mostrado a seguir:

*“Art. 4º A atuação da ANA obedecerá aos fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e será desenvolvida em articulação com órgãos e entidades públicas e privadas integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, cabendo-lhe: (...)”*

*IV - outorgar, por intermédio de autorização, o direito de uso de recursos hídricos em corpos de água de domínio da União, observado o disposto nos arts. 5º, 6º, 7º e 8º; (...)”*

*Art. 7º Para licitar a concessão ou autorizar o uso de potencial de energia hidráulica em corpo de água de domínio da União, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL deverá promover, junto à ANA, a prévia obtenção de **declaração de reserva de disponibilidade hídrica.***

*§1º Quando o potencial hidráulico localizar-se em corpo de água de domínio dos Estados ou do Distrito Federal, a declaração de reserva de disponibilidade hídrica será obtida em articulação com a respectiva entidade gestora de recursos hídricos.*

*§2º A declaração de reserva de disponibilidade hídrica será transformada automaticamente, pelo respectivo poder outorgante, em outorga de direito de uso de recursos hídricos à instituição ou empresa que receber da ANEEL a concessão ou a autorização de uso do potencial de energia hidráulica.*

*§3º A declaração de reserva de disponibilidade hídrica obedecerá ao disposto no art. 13 da Lei nº 9.433, de 1997, e será fornecida em prazos a serem regulamentados por decreto do Presidente da República.”*

37. Ainda por esta Lei foi definido que temporariamente a ANEEL emitiria as declarações de reserva de disponibilidade hídrica conforme exposto no art 26:

*"Art. 26. O Poder Executivo, no prazo de noventa dias, contado a partir da data de publicação desta Lei, por meio de decreto do Presidente da República, estabelecerá a estrutura regimental da ANA, determinando sua instalação.*

*Parágrafo único. O decreto a que se refere o caput estabelecerá regras de caráter transitório, para vigorarem na fase de implementação das atividades da ANA, por prazo não inferior a doze e nem superior a vinte e quatro meses, regulando a emissão temporária, pela ANEEL, das declarações de reserva de disponibilidade hídrica de que trata o art. 7º.”*

38. Mais recentemente, com a promulgação da Lei nº 10.847, de 15 de março de 2005, foi atribuída à Empresa de Pesquisa Energética - EPE, dentre outras atribuições estabelecidas na citada lei, a obtenção da licença prévia ambiental e da declaração de disponibilidade hídrica, necessárias às licitações envolvendo empreendimentos de geração hidrelétrica selecionados pela empresa (art. 4º, inciso VI).

#### IV. CONCLUSÕES

39. A Lei nº 9.433, de 1997, estabelece que *"a outorga e a utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica estará subordinada ao Plano Nacional de Recursos Hídricos, aprovado na forma do disposto no inciso VIII do art. 35 desta Lei, obedecida a disciplina da legislação setorial específica"* (artigo 12, §2º), e, dentro do Título IV - Das Disposições gerais e transitórias, que *“enquanto não estiver aprovado e regulamentado o Plano Nacional de Recursos Hídricos, a utilização dos potenciais hidráulicos para fins de geração de energia elétrica continuará subordinada à disciplina da legislação setorial específica”* (o art. 52).
40. Já o inciso VIII do artigo 35 que definia como competência do Conselho Nacional de Recursos Hídricos *"aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos e encaminhá-lo ao Presidente da República, para envio, na forma de projeto de lei, ao Congresso Nacional"*, foi vetado pelo Presidente da República quando sancionou a Lei nº 9.433, de 1997.
41. Ressalte-se que o veto se restringiu à forma de aprovação do PNRH.
42. Aplica-se, então, o disposto no artigo 35, inciso IX, com a redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000) que dispõe ser competência do Conselho Nacional de Recursos Hídricos *“acompanhar a execução e aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos e determinar as providências necessárias para cumprimento de suas metas”*.

43. Logo, extrai-se da leitura do §2º do art. 12 que a outorga e a utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica estarão subordinados ao Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH e deverão obedecer a disciplina da legislação setorial específica.
44. Tendo em vista o veto ao inciso VIII do art. 35, não há a necessidade de regulamentação do PNRH, restando prejudicado o dispositivo do art. 52 que fala em regulamentação do PNRH.
45. O PNRH aprovado em janeiro de 2006 apresenta diretrizes que consolidam os preceitos de suas estratégias. Estas diretrizes representam instruções condutoras do estabelecimento das ações programáticas e programas para atingir aos objetivos pretendidos com o Plano (pág 11 do Volume 3 - Diretrizes).
46. Os programas do PNRH são apresentados no volume 4 - Programas Nacionais e Metas também aprovado em janeiro de 2006. O detalhamento operativo dos Programas I, II, III, IV, V, VI e VII do PNRH foi aprovado pelo CNRH por meio da Resolução nº 80, de 10 de dezembro de 2007. Para a sua implementação há a necessidade de um maior detalhamento.
47. Assim, além da sua aprovação pelo CNRH em janeiro de 2006 e de seu detalhamento em dezembro de 2007, podemos afirmar que o PNRH deverá ser revisado periodicamente e ter seus programas detalhados, não cabendo falar em regulamentação.
48. O real significado de "a outorga e a utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica estará subordinada ao Plano Nacional de Recursos Hídricos" é de que deverá estar subordinada aos objetivos e macro-diretrizes do PNRH.
49. Com relação a questão de que se o PNRH deve apresentar a lista dos aproveitamentos em operação e dos futuros dentro do horizonte do PNRH, tendo em vista uma das justificativas do veto ao inciso VIII de que a "inclusão ou exclusão de qualquer aproveitamento poderá obrigar à reprogramação do todo", conclui-se que não, visto que o PNRH será atualizado a cada quatro anos, enquanto que as necessidades do planejamento energético exigem revisão das listas de aproveitamentos anualmente.
50. Para finalizar, cabe citar que, uma vez que o art. 52 é uma disposição transitória, no âmbito do PNRH a preocupação deveria estar focalizada no detalhamento do Plano em si e não propriamente na avaliação das formas de implementação do art. 52, eis que tal dispositivo legal já cumpriu a sua função legal de disciplinar as questões transitórias previstas na Lei nº 9.433, de 1997.

## **V. ENCAMINHAMENTOS**

51. Sugiro o encaminhamento desta Nota Técnica, em conjunto com o Relatório do GT “Aplicação das Diretrizes do PNRH aos Empreendimentos Hidrelétricos”, à Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH, aos Conselheiros do CNRH, e que as Conclusões desta Nota Técnica sejam apresentadas ao Plenário do CNRH.

Atenciosamente,

Martha Regina von Borstel Sugai

Coordenadora do GT “Aplicação das Diretrizes do PNRH aos Empreendimentos Hidrelétricos”



## ANEXO I

### LISTA DE PARTICIPANTES DE UMA OU MAIS REUNIÕES DO GT, POR ENTIDADE:

ABRH: Gilberto Valente Canali ([gvcanali@uol.com.br](mailto:gvcanali@uol.com.br));  
ABRH: Martha R. von Borstel Sugai ([martha.sugai@copel.com](mailto:martha.sugai@copel.com)) - coordenadora;  
ABIAPE: Adriana Coli ([adriana@abiape.com.br](mailto:adriana@abiape.com.br));  
ABIAPE: Rafaella Monsã de Sales Dias ([rafaella@abiape.com.br](mailto:rafaella@abiape.com.br));  
ABIAPE: Vinicius Pereira Calhau ([vinicius@abiape.com.br](mailto:vinicius@abiape.com.br));  
ANA: Marcos Airton de Sousa Freitas ([masfreitas@ana.gov.br](mailto:masfreitas@ana.gov.br));  
ANA: Maurício Abijaodi Lopes de Vasconcellos ([mauricio.lobes@ana.gov.br](mailto:mauricio.lobes@ana.gov.br));  
ANA: Eldis Camargo ([eldis.camargo@ana.gov.br](mailto:eldis.camargo@ana.gov.br));  
COPODHENFE: João Clímaco ([climaco@uai.com.br](mailto:climaco@uai.com.br));  
COPEL: Rejane Mara Sampaio D'Almeida ([rejane@copel.com](mailto:rejane@copel.com));  
ECODATA/Consórcio de Usuários DERH: Daniela Pinto ([daniela@ecodata.org.br](mailto:daniela@ecodata.org.br));  
Elabore Consultoria: Aluizio de Araújo Couto Júnior ([aluizio.couto@elabore.com.br](mailto:aluizio.couto@elabore.com.br));  
Elabore Consultoria: Evinny Araújo ([evinny.araujo@elabore.com.br](mailto:evinny.araujo@elabore.com.br));  
Elabore - Consultoria Ambiental: Thaís Xavier Margalho ([thais.margalho@elabore.com.br](mailto:thais.margalho@elabore.com.br));  
EPE: Erika Borba Breyer ([erika.breyer@epe.gov.br](mailto:erika.breyer@epe.gov.br));  
EPE: Talita de Oliveira Porto ([talita.porto@epe.gov.br](mailto:talita.porto@epe.gov.br));  
IGAM-Minas Gerais: Breno Esteves Lasmar ([breno.lasmar@igam.mg.gov.br](mailto:breno.lasmar@igam.mg.gov.br));  
Instituto Ipanema/FBOMS: Ninon Machado Leme Franco ([ninon@institutoipanema.net](mailto:ninon@institutoipanema.net));  
MD: Luiz Gustavo Couto C. Evelyn Soares ([adj.3.saei-1@hotmail.com](mailto:adj.3.saei-1@hotmail.com));  
MMA/SRHU: Marco José Melo Neves ([marco-jose.neves@mma.gov.br](mailto:marco-jose.neves@mma.gov.br));  
MMA/SRHU: Percy Soares Neto ([percy.neto@mma.gov.br](mailto:percy.neto@mma.gov.br));  
MMA/SRHU: Roberto Alves Monteiro ([roberto.monteiro@mma.gov.br](mailto:roberto.monteiro@mma.gov.br));  
MME: Andrea Figueiredo ([andrea@mme.gov.br](mailto:andrea@mme.gov.br));  
MME: Christian André Haddad Govastki ([christian.govastki@mme.gov.br](mailto:christian.govastki@mme.gov.br));  
MME: Daniela Marques ([daniela.marques@mme.gov.br](mailto:daniela.marques@mme.gov.br));  
MME: Eduardo de F. Madeira ([madeira@mme.gov.br](mailto:madeira@mme.gov.br));  
MME: Marina G. B. Scalón ([marina.scalon@mme.gov.br](mailto:marina.scalon@mme.gov.br));  
MME: Mauro Henrique Moreira Sousa ([mauro.sousa@mme.gov.br](mailto:mauro.sousa@mme.gov.br));  
MPOG/SPI: Marcos Antonio Pereira de Oliveira Silva ([marcos.silva@planejamento.gov.br](mailto:marcos.silva@planejamento.gov.br));  
Pinheiro Pedro Adv.-Consultoria Jurídica: Simone Paschoal Nogueira ([simone@pinheiropedro.com.br](mailto:simone@pinheiropedro.com.br));  
Secretaria Executiva do CNRH: Marco Antônio Amorim ([marco.amorim@mma.gov.br](mailto:marco.amorim@mma.gov.br));  
Secretaria Executiva do CNRH: Fabiano Chaves da Silva ([fabiano.silva@mma.gov.br](mailto:fabiano.silva@mma.gov.br));  
SRH/BA: Luis Vinicius de Aragão Costa ([luis.aragao@srh.ba.gov.br](mailto:luis.aragao@srh.ba.gov.br)).